

Vila Viçosa, os “pobres” e as “esmolas” do duque D. João II (1636–1646)

Maria Marta Lobo de Araújo*

Revista de Demografia Histórica, XXII, II, 2004, segunda época, pp. 183–205

Resumo

O presente trabalho analisa as práticas assistenciais do duque D. João II entre 1636 e 1646 e destaca o contexto político em que se verificaram.

Para além das muitas esmolas que distribuía aos pobres que passavam em Vila Viçosa e da distribuição semanal que efectuava à sua porta, o duque D. João II ritualizava momentos de caridade associando-os a festas religiosas: Natal, Páscoa e Santa Isabel.

Estas esmolas destinavam-se aos pobres da vila e a alguns dos seus criados e cumpriam uma importante função política. Eram demonstrativas da sua magnanimidade e desprendimento, ao mesmo tempo que serviam para manter a sua ligação a Vila Viçosa, depois de assumir a Coroa em 1640, mesmo que o tenha feito por um curto período de tempo.

Palavras-chave: caridade, esmola, pobres, viúvas.

Résumé

Proposant un cadre d'analyse au sujet des pratiques concernant l'assistance, sur de patronage do duc D. João II, entre 1636-1646, nous examinons trois paramètres majeurs des relations entre ces pratiques et le contexte politique de l'époque.

Le duc D. João II, au-delà de l'aumône rendue aux pauvres qui passaient à Vila Viçosa et du partage hebdomadaire réalisé devant sa porte, a aussi institué d'autres moments rituels de charité associés à des fêtes religieuses: Noël, Pâques et

* Maria Marta Lobo de Araújo (martalobo@ics.uminho.pt) é docente do Departamento de História do Instituto de Ciência Sociais da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4700-057 Braga-Portugal. O presente trabalho foi apresentado no Colóquio *Évora, o foral manuelino e o devir quinhentista*, que decorreu em Évora em 2001 e insere-se no projecto de investigação «Práticas de caridade no senhorio da Casa de Bragança (séculos XVI-XVIII)». Foi apoiado financeiramente pelo Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho. Agradeço aos avaliadores que apreciaram o conteúdo científico deste trabalho e deram anuência à sua publicação.

Sainte Isabelle. Ces aumônes, attribuées aux pauvres de la ville et à quelques uns de ses employés de maison, avaient aussi une importante fonction politique. De cette façon, le duc cherchait à montrer sa bonté et son détachement des choses matérielles. En outre, pendant une courte période, après 1640, quand le duc est devenu le roi, ces pratiques charitables témoignaient de son attachement à la ville.

Mots-clé: charité, aumône, pauvres, veuves.

Abstract

This work analyses assistencial policies carried out by D. João II, duke of Braganza, between 1636 and 1646, at a particularly significant political period.

At this time, there was almsgiving to the poor passing by Vila Viçosa as well as a weekly distribution at the Palace's door.

Furthermore, throughout the liturgical year, at certain feast days (Christmas, Easter and St Isabel's Day), charity was furthermore ritualised. At these moments, the beneficiaries of these charitable rituals were the poor of Vila Viçosa and some of the duke's servants. Then, almsgiving fulfilled a very important political role, revealing a magnanimous duke, generous and unattached to worldly goods, and it also helped to keep alive the duke's close relationship with Vila Viçosa after assuming the throne of Portugal in 1640, even if that close relationship with the village was cared for in this strong manner only for a relatively short while.

Key-words: charity, almsgiving, poor, widows.

A partir do momento em que os duques de Bragança se instalaram em Vila Viçosa (século XV), a vila sofreu profundas alterações, mais sentidas no século XVI e na primeira metade do século seguinte. Os duques de Bragança engrandeceram-na, criaram-lhe estruturas que tornaram possível o seu desenvolvimento, convertendo-a numa importante sede de poder local (Pestana, 2000: 8-9). O poder da Casa de Bragança ganhou maior visibilidade entre 1580-1640, altura em que o reino se encontrava sob o domínio castelhano e Vila Viçosa simbolizava a Corte portuguesa que o reino não possuía e simultaneamente a alternativa a Castela.

O facto da vila ser sede da Casa ducal e desta se ter transformado num importante centro de poder local, fez acorrer à terra muitos nobres que serviam o Paço. A corte ducal obrigou por outro lado a novas exigências, materializadas na construção de conventos, para onde muitos

nobres canalizavam os seus filhos; na edificação de palácios para suas moradias e num dinamismo cultural (Rosa, 1998: 330), económico e político diferenciado, por se tratar da maior casa senhorial da época e, só possível, devido à presença física dos duques (Cunha, 1997: 330).

Para além das estruturas materiais criadas, Vila Viçosa transformou-se ao longo da Idade Moderna num importante local de esmola, que justificava a passagem de muitos pobres pela vila à procura de ajuda¹. Além do Palácio ducal, principal ponto de encontro dos pobres em determinados dias da semana, na vila existia uma Misericórdia e um alargado número de conventos (Barbosa, 1865: 56).

Ao longo do século XVI, a Casa ducal efectuou um investimento muito significativo no sector da assistência em termos locais, tendo beneficiado a recém criada Misericórdia. A Santa Casa, muito provavelmente fundada pelos próprios duques, começou a funcionar nos primeiros anos do século XVI. Em 1525, o duque D. Jaime colocou o hospital do Espírito Santo, propriedade da Casa de Bragança, sob a sua administração², após alvará concedido por D. João III a este duque, que lhe autorizou a passagem dos hospitais existentes nas suas terras para a administração das Misericórdias³. Posteriormente, a duquesa D. Isabel de Lencastre fundou um colégio para meninos órfãos em 1558, e o seu marido, o duque D. Teodósio I, dotou-o com mil réis, dois moios e vinte e quatro alqueires de trigo de renda anual em 1563, aumentando mais quatro órfãos aos dois que a duquesa tinha determinado. Em 1575, o colégio foi colocado sob a administração da Misericórdia⁴.

Já no início do século XVII, em 1611, a Misericórdia passou a administrar o «hospital dos males», também propriedade da Casa ducal e destinado à cura do gálico, por vontade do duque D. Teodósio II.

1 A propósito dos grupos de pobres que vagueavam pela vila à procura de esmola na primeira metade do século XVII Cf. Biblioteca Nacional (doravante BN) SARDINHA, Francisco de Morais, *Antiquissimo Parnaso novamente achado e descoberto em Vila Viçosa de que he Apollo o Excellentissimo Principe D. Theodosio 2º deste nome... E assi dos varões illustres que nella nascerão e florescerão em armas em letras e poesias, com outras couzas a proposito do discurso deste livro*, 1618, fls. 74v.-75.

2 Cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (doravante ASCMVV) *Primeiro livro do tombo dos juro e de toda a mais fazenda e bens de raiz da Casa da Misericórdia desta Vila Viçosa*, nº 347, fls. 1-1v.

3 Cf. Arquivo da Casa de Bragança (doravante ACB), NNG, 233.

4 Cf. ASCMVV, *Primeiro livro do tombo dos juro...*, nº 347, fls. 41v.-44v.

Apesar da Casa de Bragança ter transferido uma importante parte do seu património para a Misericórdia da terra, esta passagem era mais fictícia do que real, uma vez que os duques mandavam nesta confraria e ela era apenas uma extensão da sua Casa. A Casa brigantina continuou a desempenhar um importante papel na caridade local, formando com a Misericórdia os principais blocos de assistência da vila. Contudo, introduziu alterações na sua forma de actuar. As instituições de assistência que possuía e que fundou, transferiu-as para a administração da Santa Casa, ficando apenas com um hospital para tratamento dos seus criados.

A partir de então, as práticas de caridade dos duques de Bragança diversificaram-se: eram efectuadas através dos investimentos realizados na Misericórdia e feitas pessoalmente, associando o seu nome a um rol de pobres que beneficiavam. Esta estratégia fortaleceu a Misericórdia da vila, libertou a Casa de Bragança das tarefas administrativas destas instituições e proporcionou aos duques um maior protagonismo nas práticas de caridade que ordenavam.

Está ainda por esclarecer a intervenção da Casa de Bragança nas questões de assistência do seu senhorio, mas em 1530 o duque D. Jaime mandou dar uma esmola ao hospital de Arraiolos para este a distribuir pelos pobres da vila⁵.

A Misericórdia de Vila Viçosa distribuía esmolos aos pobres à quarta-feira e ao domingo, enquanto o Paço ducal também as repartia duas vezes por semana durante o tempo de D. Teodósio II, (pai do duque D. João II), passando este último duque a distribuí-las à sexta-feira. À semelhança de seu pai, o duque D. João II repartia «muitas vezes as esmolos aos pobres com a sua própria mão» (Espanca, 1984: 69-70)⁶, proporcionando uma relação directa entre o receptor e o doador. Também alguns conventos locais efectuavam a distribuição de refeições aos

5 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos (doravante ASCMA), *Título das despesas do dinheiro do Hospital que o duque N. S. mandou dar aos pobres desta vila de Arraiolos que o primeiro mes de Dezembro de 1530 em o qual foi mordomo João de Azevedo*, não paginado.

6 Cf. Biblioteca Pública de Évora (doravante BPE) CHEIROSO, Francisco Rodrigues, *Excelencias da irmandade da Caza da Santa Misericordia com a origem dos primeiros hospitais que ouve em o mundo offerecidas ao generoso senhor Dom Fernando de Mello*, 1633. fl. 9v.

pobres e enterravam os defuntos que eram deixados às suas portas⁷. Todavia, para além destas possibilidades de esmolas, os testamentos dos particulares mais abonados demonstram a caridade efectuada por estes em dias certos da semana e não apenas na hora da morte⁸. Este facto prova a existência de um sistema particular de assistência a funcionar em simultâneo com o desenvolvido pelas instituições de caridade (Carassa Soto, 1991: 126-127).

A Casa de Bragança distribuía muitas esmolas aos pobres da terra e a alguns dos seus servidores, sobretudo em ocasiões específicas, como era a da doença, invalidez e morte. Ajudava também muitos pobres envergonhados da vila a quem mandava esmolas a sua casa (Sousa, 1739: 87-88 e 92).

Os cronistas de Vila Viçosa destacaram a importância desta Casa na assistência aos pobres, realçando o papel dos duques nesta acção (Cadornega, 1982: 66; Melo, 1652: 179-183; Calado, 1668: 100-101). A sua intervenção foi mais notória com os duques D. Teodósio II e D. João II. Foi precisamente na primeira metade do século XVII que a acção dos duques foi mais sentida.

Entre as muitas cartas que dirigiu à Misericórdia de Vila Viçosa, em 1636, o duque D. João II enviou-lhe uma missiva onde estabelecia critérios de assistência aos pobres e reconhecia a Casa de Bragança e a Misericórdia como os principais pólos de assistência da vila. Proibiu a presença de pobres não naturais, tendo ordenado ao Ouvidor a sua interdição e determinado a esmola apenas aos da terra, os quais se viam impedidos de pedir pelas portas. Através desta posição, o duque tornou os naturais nos únicos receptores da caridade local (Jutte, 1994: 165-169).

Na sequência, ordenou à Misericórdia a realização de peditórios na vila para, conjuntamente com a Casa de Bragança, satisfazer as neces-

7 O convento de S. Paulo da ordem de Santo Agostinho teve início em 1590. Em 1613, foi inaugurado o edifício conventual com o patrocínio do duque D. Teodósio II. Estava dotado com uns alpendres que serviam de abrigo aos peregrinos e caminheiros. No mesmo local eram depositadas crianças defuntas pobres para os religiosos lhes efectuarem o funeral gratuitamente. Era ainda a esta porta que diariamente os pobres se colocavam à espera da distribuição de sopa que os religiosos efectuavam. O alpendre do convento de Santo Agostinho, situado em frente do Palácio ducal, era outro lugar procurado pelos pobres, não apenas pelas esmolas destes religiosos, mas sobretudo pela proximidade do Palácio.

8 Cf. ASCMVV, *Primeiro livro do tomo dos juros...*, nº 347, *Segundo tomo das rendas e foros da Misericórdia desta Vila Viçosa*, nº 348.

sidades dos naturais que pediam (Araújo, 2000: 227-230). O duque pretendia ordenar a caridade da terra e arredar dela os não naturais. Numa época em que caía sobre os bandos de pobres estrangeiros a desconfiança de poderem ser falsos pobres e o medo de serem agentes de propagação de doenças, a mendicidade transformou-se num delito social, moral e económico, punindo-se quem a praticava.

A acção de D. João II demonstra um homem preocupado com as questões da pobreza, interventivo e com um sentido apurado da importância da caridade em termos locais (Sousa, 1750: 243-244).

Para além das esmolas semanais, a Casa de Bragança dava também esmolas em determinadas ocasiões do ano: Natal, Páscoa e no dia de Santa Isabel, dois de Julho, (momento em que se comemorava também a festa da rainha Santa Isabel). Tal significava que a racionalização imposta na caridade com a criação das Misericórdias e a centralização de todas as obras de caridade nestas confrarias, não inibiu a distribuição colectiva de esmolas em ocasiões festivas (Sá, 2001: 458).

As «esmolas» que estudamos são as distribuídas pelo duque D. João II, mais tarde rei D. João IV, entre 1636-1646 e destinavam-se aos pobres da vila e aos seus criados, servindo no caso destes últimos como forma de pagamento dos seus salários. Neste último caso, o emprego de uma terminologia associada à caridade para designar uma parte do salário, materializava a relação de desigualdade entre os sujeitos e predomina em sociedades com relações sociais de tipo vertical (Sá, 2001: 457).

Como refere Isabel dos Guimarães Sá, os rituais de caridade calendarizados não eram exclusivo das Misericórdias (Sá, 2001a: 84; Araújo, 2003: 13-54). Muitas outras instituições, nomeadamente outras confrarias e pessoas particulares promoviam estes rituais. Refira-se por exemplo o caso dos bispos. D. Frei Caetano Brandão, arcebispo de Braga entre 1790 e 1805, vestia todos os anos pelo Natal várias dezenas de crianças pobres de ambos os sexos (Abreu, 1997: 146).

A religiosidade barroca incentivava o investimento nas obras de caridade como meios salvadores e insistia na necessidade de se ter compaixão com a pobreza e com a doença. Estimulavam-se as obras de caridade como meio de salvação, ao mesmo tempo que as mesmas eram úteis em termos de poder local. A caridade colocava um alargado número de pobres sob o poder da Casa ducal, proporcionando momentos aos duques de se mostrarem desprendidos e grandiosos nas esmolas que distribuíam.

A repartição de esmolas efectuava-se também em momentos festivos. A quando da sua visita a Évora em 1635, o duque D. João II distribuiu um número alargado de esmolas aos pobres da cidade. Na ocasião, o duque ordenou que dois dos búfalos⁹ que «correram na praça com os touros», fossem dados aos presos da cadeia; um outro e três moios de trigo se distribuíssem pelos doentes do hospital e se desse um tostão a cada pobre. Deixou ainda dinheiro a vários religiosos para ser repartido por pobres honrados. Deixou também muitas esmolas aos mosteiros que visitou e durante os dias que esteve no mosteiro da Cartuxa, o seu esmoler-mor repartiu várias esmolas aos pobres que aí apareceram (Lemos, 1985: 118). As esmolas distribuídas demonstravam a liberalidade do duque numa altura de aperto e grande carestia.

A participação dos particulares na caridade tem vindo a ser estudada através das instituições de assistência, ou seja, através dos legados que aí instituía. Mais raros são os trabalhos sobre dádivas particulares aos pobres efectuadas em vida dos benfeitores. Conhece-se muito pouco sobre esta caridade, mas as esmolas do duque D. João II revestem-se de alguma singularidade, por se tratar do herdeiro da maior casa senhorial do reino que se tornou rei em 1640.

Para se ter acesso à esmola era necessário pedi-la. Por isso, os pobres efectuavam uma petição que dirigiam ao duque de Bragança, solicitando a benfeitoria. Desconhecemos quando se iniciaram estas esmolas, se foram apenas oferecidas pelo duque D. João II ou se os seus antecessores já as praticavam. Contudo, é curioso verificar que mesmo depois de ter partido para Lisboa, onde assumiu a Coroa, e depois dos primeiros anos de Restauração que obrigaram à interrupção destas «esmolas» entre 1640-1643, o agora rei D. João IV retomou o seu pagamento, apesar de o ter feito durante um período curto de tempo¹⁰.

A distribuição de «esmolas» cumpria também um objectivo político. Através delas o agora monarca mantinha viva a sua presença em Vila Viçosa, não apenas junto dos criados que tinham distante o seu senhor, mas também dos pobres, a quem se mantinham ligados por uma relação de sujeição e gratidão. As esmolas serviam para tornar presente o mo-

9 Entre as festividades que decorreram em Évora para comemorar a estadia do duque na cidade, registaram-se touradas onde participaram búfalos. Estes animais tinham vindo da tapada da Casa de Bragança de Vila Viçosa.

10 Quanto aos seus servidores desconhecemos o que se passou em relação ao pagamento das parcelas dos seus salários que recebiam nestas ocasiões.

narca na vila, mas a falta efectiva dessa proximidade física pode ter constituído um factor explicativo para o seu desaparecimento, sobretudo no que se refere aos pobres.

A suspensão destas esmolas reflecte a falta de patrocínio directo, como se verificará com outros benefícios da Casa ducal, e também a ocupação do seu promotor nos assuntos do reino e muito particularmente na Guerra da Restauração. Por outro lado, explica ainda o progressivo afastamento do monarca dos assuntos da sua terra natal, apesar do esforço por si desenvolvido em relação a algumas instituições de Vila Viçosa. Mesmo ocupado com as tarefas de governação, D. João IV mostrou-se interessado em acompanhar o percurso da Misericórdia de Vila Viçosa, e por isso solicitou que o informassem das suas dificuldades, disponibilizando-se para a resolução de eventuais problemas.

PROVIDOS NO NATAL

Pelo Natal, o duque de Bragança distribuía trigo aos pobres, a alguns dos seus assalariados ou a gente que o tinha servido, aos familiares destes e a religiosas. Todos os assistidos eram moradores da vila, conhecidos da Casa, referindo-se, por vezes, a rua em que moravam e as suas condições de vida. Esta cláusula vinha na sequência do estabelecido em 1636 pelo próprio duque, que determinou esmolar apenas os naturais.

O Natal celebra o nascimento de Cristo e nas instituições de assistência como nas casas particulares transformava-se numa ocasião de caridade aos pobres. A ocasião era comemorada com a distribuição de esmolas aos mais necessitados e a Casa de Bragança assumia-se como promotora de práticas de caridade.

Os cereais oferecidos pela Casa ducal provinham das rendas e foros das suas terras. O trigo distribuído servia para ser semeado e para ser consumido.

Como demonstra o gráfico 1, as esmolas de trigo foram distribuídas a ambos os sexos, embora a um número muito maior de mulheres. Os anos em que se registaram os maiores provimentos foram em 1639, depois de um aumento muito significativo no ano anterior, e em 1643. O primeiro aumento do número de pobres ficou a dever-se à situação



FONTE: ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque nosso senhor em este anno de 1636, 1637, 1638 e 1639*, fls. 30-32v.

GRÁFICO 1. *Providos no Natal (1636-1645)*

conjuntural que se vivia. A situação económica não permitia o pagamento de mais impostos pelo povo e foi responsável pelos motins que rebentaram em Évora, em 1637 e no ano seguinte, em Vila Viçosa, contra o real d'água (Melo, 1967: 179-183; Espanca, 1985: 1985a 110-112). Com o aumento de tributos cresceu o número dos que não podiam pagá-los e a necessidade de recorrerem à caridade. A situação que se vivia no Alentejo era muito semelhante à do resto do reino, caracterizada por crises cerealíferas e por um aumento de tributos, que agravaram o difícil quotidiano do povo (Oliveira, 1991: 126-128; Oliveira, 2002:424-443). Nesta província, o ano de 1636 foi o pior, tendo-se registado uma grave crise cerealífera (Pestana, 1982: 77-80).

Nos anos entre 1640 e 1642 não se distribuíram esmolas, provavelmente pela alteração política que o reino viveu e muito particularmente o rei D. João IV. Nestes anos, as condições políticas não teriam permitido um normal funcionamento da Casa de Bragança, provocando a interrupção destas dádivas. A suspensão verificou-se em todas as «esmolas» dadas pelo monarca, facto que corrobora a justificação aduzida e se torna demonstrativa das dificuldades vividas pela Casa de Bragança, agora Coroa. A Restauração arrastou guerras contra Castela, a desestabilização e a desorganização da vida das comunidades fronteiriças alentejanas, com particular incidência em Vila Viçosa¹¹. Após o embate

11 A preparação da vila para a guerra e primeiras investidas dos castelhanos levon a um grande esforço, pessoal e financeiro da população.

das primeiras invasões das tropas castelhanas, e provavelmente depois da visita de D. João IV a Vila Viçosa, as esmolas foram retomadas.

Em 1643, verificou-se o maior número de provimentos. Este aumento terá ficado a dever-se às primeiras incursões do exército castelhano e à destruição causada nas estruturas económicas e de produção. Os livros de vereações fazem eco das preocupações dos habitantes concelhios e das suas dificuldades, causadas pelo estado de guerra que se vivia (Espanca, 1985a: 10-29; Cruz, 1940: 81-101).

Ganho o primeiro embate político, mesmo a partir de Lisboa e ocupado com a governação do reino, o rei D. João IV não esqueceu os pobres de Vila Viçosa, ordenando o cumprimento das esmolas.

Os beneficiados eram maioritariamente pobres, mas em todos os róis também se incluíam servidores da Casa de Bragança: picadores, carroceiros, azémeis, jardineiros, caminheiros, compradores, cocheiros, porteiros das damas, moços da estrebaria, antigos couteiros, pastores e porteiros da cana. Para além destes, foram também beneficiadas algumas religiosas dos conventos da vila¹². Os servidores da Casa ducal constituíam uma criadagem inferior que era agraciada em diferentes épocas do ano com «esmolas» mandadas dar pelo seu senhor e que constituíam parcelas do seu salário. Segundo Mafalda Soares da Cunha, existiam vários sistemas remuneratórios e várias formas de satisfação de serviços na Casa de Bragança, materializando formas de relacionamento diferenciadas entre os serviçais e o chefe da Casa. Alguns servidores da Casa gozavam do sistema de moradia, mas o crescimento do número de criados desta Casa obstaculizou a confecção de produtos alimentares para todos os que a serviam, tendo-se optado por uma contrapartida em dinheiro e em géneros, dependendo o montante do estatuto social que se tinha (Cunha, 2000: 128-129).

Mau grado a impossibilidade de se efectuar um tratamento estatístico sobre o estado civil dos providos, devido ao número limitado dos que foram assinalados, constata-se uma significativa presença de solteiros, mais concretamente de solteiras. Em 1636, o duque mandou distribuir três alqueires de trigo às filhas solteiras de Álvaro Fernandes¹³. No ano seguinte, Isabel da Costa e as suas filhas solteiras foram bene-

12 A protecção prestada às religiosas de alguns conventos da vila insere-se num quadro de actuação mais alargado, que caracterizou a acção da Casa de Bragança.

13 Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fl. 31.

ficiadas com dois alqueires do mesmo cereal e Francisca e Catarina, também solteiras, filhas de António Conde, a viver em casa de Custódio Rodrigues, levaram um alqueire de trigo¹⁴. Por sua vez Maria Carvalho, solteira e residente em Vila Viçosa, foi provida com um alqueire de trigo em 1639 e as filhas solteiras de Álvaro Fernandes voltaram a levar uma esmola de um alqueire do mesmo cereal em 1643¹⁵.

Apesar das esmolas serem de trigo, em 1639 não se entregou o cereal a todos os beneficiados e em sua substituição ofereceu-se dinheiro. A razão não foi explicada, mas esteve provavelmente relacionada com a falta deste cereal, devido a más colheitas e à subida do seu preço. A falta de trigo tinha já obrigado o duque D. João II a abrir as portas do seu celeiro para os moradores da vila poderem aceder a cereais mais baratos (Espanca, 1983: 85)¹⁶.

Enquanto as esmolas da maioria oscilava entre os 100 e os 400 réis, as das freiras eram de 1000 réis, em paridade com as oferecidas aos pobres envergonhados, apontando para um tratamento diferenciado entre os providos.

Os pobres eram constituídos por gente idosa, incapaz de trabalhar, por gente honrada, sobretudo por senhoras viúvas da vila, que já não possuíam a posição económica desafogada de outros tempos e que lhes permitia viver sem ter de recorrer à caridade e ainda por crianças, órfãs, filhas de servidores da Casa de Bragança e pelos seus criados. A partida do duque de Bragança para Lisboa alterou a vida da vila e dos seus moradores. Muitos nobres ficaram sem o patrocínio directo do duque, numa altura em que a conjuntura económica não lhes era favorável.

Algumas esmolas eram direccionadas para casas da vila, referindo-se que se destinavam a vários familiares em simultâneo, mas quase sempre a agregados familiares femininos. Mulheres que viviam sós; muitas eram viúvas ou solteiras, que por razões não explicadas necessitavam de recorrer à caridade (Fernandes, 1999: 51-86).

Ao longo destes anos, não se verificou grande alteração nos beneficiados. A mudança surgiu em 1645, com o aparecimento de religiosas no

14 Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fls. 32, 33.

15 Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fls. 65, 65v.

16 Desconhece-se o ano de tal acontecimento, mas verificou-se entre 1630 e 1640, datas em que este duque esteve à frente da Casa de Bragança.

rol. Nesta altura, a conjuntura político-militar era muito difícil e os conventos da vila passavam por dificuldades que justificavam a imploração da caridade (Vieira, 1999: 134)¹⁷. A população beneficiada no Natal permaneceu também nas restantes esmolas, o que faz supor uma clientela de necessitados, a quem a Casa de Bragança acudia em determinadas épocas do ano. A exceção fez-se na esmola constituída por roupa, por esta ser destinada quase exclusivamente aos seus criados.

ASSISTIDOS NA PÁSCOA

Pela Páscoa, a Casa de Bragança voltava a distribuir trigo aos pobres, embora em 1644 este fosse suprimido e a esmola passasse a ser constituída por dinheiro e roupa.

À semelhança do que se verificava na Misericórdia da vila (Araújo, 2000: 231-243)¹⁸, a Casa de Bragança comemorava as cerimónias da Páscoa, servindo-se desta quadra para emergir como uma das principais instituições distribuidora de esmolas aos pobres em termos locais (Araújo, 1999: 501-516). Na quinta-feira das Endoenças o duque de Bragança recebia 12 pobres, dava-lhes de jantar e vestia-os (Cadornega, 1982: 66). À semelhança do que se verificava na Santa Casa, alguns conventos da vila também comemoravam as Endoenças¹⁹.

A ocasião recomendava a esmola. As dádivas eram distribuídas pelas Endoenças, num enquadramento religioso comemorativo da Paixão de Cristo e recomendador da compaixão para com o próximo.

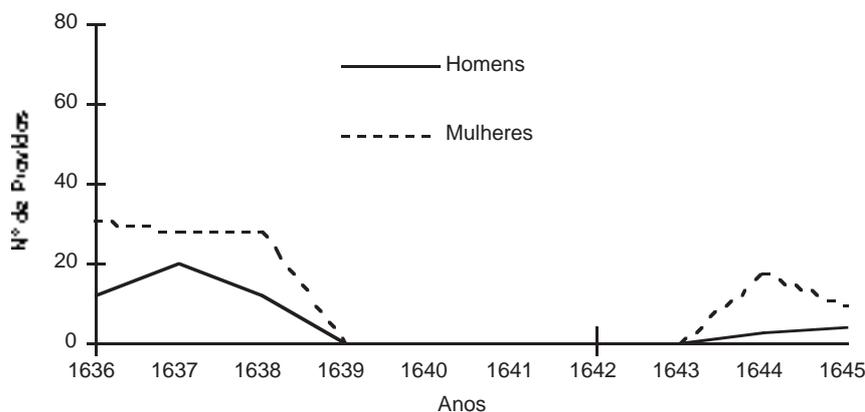
A composição do universo dos beneficiados não se alterava significativamente em relação aos providos pelo Natal. As modificações diziam respeito a situações que se agravaram e que os tornavam merecedores

17 Esta situação não foi particular de Vila Viçosa. Outros conventos da região passaram também por grandes dificuldades.

18 A Misericórdia de Vila Viçosa dava de jantar e vestia 12 pobres no dia de quinta-feira Santa.

19 O convento das Chagas comemorava a «festa das Endoenças» com a realização de um jantar servido às suas serventes pobres. Cf. BPE, *Livro da Fazenda deste Rial Convento das Chagas de Villa Viçosa*, fl. 93. No convento de Santa Cruz, a ocasião era celebrada com a oferta de um jantar às religiosas e outro às criadas. Cf. BPE, *Livro do Convento de Santa Cruz*, fl. 14.

do benefício do duque. Em 1644, Maria Gomes, mulher viúva, recebeu um gibão, porque «já o seu marido se tinha curado na Misericórdia». Não era apenas o seu estado civil que testemunhava a sua debilidade, mas o facto de se referir a ajuda da Misericórdia, corroborava-a e tornava-a merecedora.



FONTE: ACB, *Livro das esmolos que faz o Duque...*, fls. 40-40v., 42-42v., 46-46v.

GRÁFICO 2. *Providos na Páscoa (1636-1645)*

O gráfico 2 possibilita verificar a evolução destas esmolos. Tal como se tinha verificado no gráfico anterior, as esmolos distribuídas pela Casa de Bragança foram interrompidas durante a Restauração e os anos imediatos, sendo retomadas em 1644. Contudo, as esmolos da Páscoa abrangem em 1644 e em 1645 poucos pobres. Simultaneamente, a alteração da esmola nestes dois anos parece indiciar a dificuldade da Casa do rei em conseguir cereais suficientes para garantir a dádiva, sendo obrigada a alterá-la.

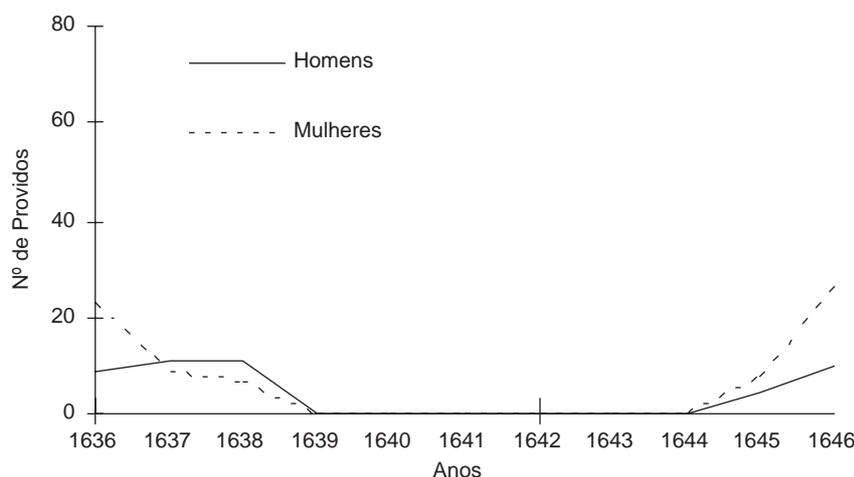
A Casa de Bragança servia-se destas esmolos para ajudar pessoas caídas em pobreza, como foi o caso de «D. Maria de Bitancour, D. Angelina e Dona Branca», de antigos servidores como «Gonçalo Martins, boieiro que foi de Sua Magestade, o qual levou em 1645 roupeta e calções, ferragido, tudo tirado da agulha»²⁰ e também religiosas.

²⁰ Cf. ACB, *Livro das esmolos que faz o Duque...*, fl. 42. A expressão «tudo tirado da agulha», significa que a roupa era nova.

A DISTRIBUIÇÃO DE ROUPA

Pela Páscoa, o duque de Bragança procedia ainda à distribuição de roupa. Esta ocasião era também escolhida por muitos benfeitores para deixar esmolas aos pobres. D. Francisco de Lima, um grande benfeitor da Misericórdia de Ponte de Lima, determinou em 1678 que a Santa Casa da vila e a Misericórdia de Lisboa dessem de jantar a 24 pobres, doze cada uma, e os vestissem no dia de quinta-feira Santa²¹.

Vestir os nus era uma obra de misericórdia que contribuía para alcançar o reino dos céus, praticada pelos ricos e remediados que desejavam a salvação eterna (Araújo, 2000a, 229-250).



FONTE: ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fls. 41-92.

GRÁFICO 3. Providos com roupa (1636-1646)

Tal como acontece nas esmolas já analisadas, as mulheres constituíam a maioria dos beneficiados, representando as viúvas 52%, dos 48% dos casos em que se encontrou registo do seu estado civil. Embora os dados apresentados não sejam significativos e sirvam apenas para uma aproximação a este estudo, não deixa de ter importância a percentagem alcançada pelas mulheres viúvas.

21 Cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (doravante ASCMPL), *Documento n° 53*.

A viuvez colocava as mulheres numa situação ainda mais precária, necessitando por isso de ajuda. Esta esmola foi importante para muitas mulheres, para efectuar o luto pelos maridos. Em 1636, sete mulheres viúvas receberam «mantilhas de dó». No mesmo ano, Domingas Vaz, canastreira, levou um «gibão de dó», Maria Fernandes foi beneficiada em 1638 com «um hábito de dó» e Francisca Mendes, viúva com «uma mantilha de dó» (Borges, 1984: 60-71)²². Depois de enviuvarem e sem poderem comprar vestuário adequado ao seu estado, estas mulheres solicitavam roupa ao duque para poderem fazer o luto. A vulnerabilidade familiar acentuava-se nestas ocasiões por lhe faltar agora o principal sustentáculo, representado pelo marido. Nesta situação, era frequente a família recorrer à caridade. A ajuda podia ser temporária, apenas durante o período em que se adaptava à situação e se reestruturava a célula familiar, adaptando-se às novas condições (Woolf, 1989: 24-25). Se existiam filhos de tenra idade, a situação podia ser mais complicada e exigir uma assistência mais duradoura, pelo menos enquanto fossem pequenos e não pudessem trabalhar.

O pedido de roupa para fazer um luto demonstra uma comunidade preocupada com o cumprimento das normas, que seguia as prescrições para a ocasião e com preocupações de controlo social e moral.

A roupa distribuída era sempre nova, de tecido «da terra» e genericamente de saragoça ou baeta. A Casa de Bragança não oferecia roupa usada. Eram oferecidas peças variadas, de acordo com as necessidades declaradas: calções, mantilhas, gibões, saias, camisas, roupetas, vasquinhas e hábitos. Também algum calçado, mas muito pouco e quase sempre destinado aos criados da Casa.

As esmolas eram todas oferecidas pelo duque, mas em alguns registos tornou-se mais explícita a fonte da doação. Maria Álvares levou um manto de baeta da terra em 1636, por «mando de Sua Excelência»²³. As razões destas menções particulares cheias de significado não foram explícitas, mas podem estar associadas ao momento da doação. Com esta justificação ninguém ousaria duvidar da justeza da atribuição, mesmo que se realizasse fora do calendário, como parece ter acontecido. O facto do duque morar na vila possibilitava um controlo dos assuntos políticos e sociais locais, bem como um domínio particular sobre alguns aspectos

²² Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fls. 41-42.

²³ Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fl. 42.

da vida privada dos seus moradores, originando uma actuação eficaz (Cunha, 1995: 144)²⁴.

Em 1645 e em 1646, esta esmola incluiu alguns religiosos da terra, sendo-lhes oferecidas também peças de roupa ou dinheiro para as mandarem confeccionar. Os religiosos de ambos os sexos levaram hábitos e escapulários ou um montante em numerário que possibilitasse a compra.

Normalmente, o duque de Bragança distribuía peças de roupa, mas em 1638, Isabel Rodrigues foi provida com dinheiro para um «gibão de saragoça tirado da agulha» e em 1645 Maria Carvalho levou 800 réis para um «gibão de dó»²⁵. No ano seguinte, todas as religiosas foram beneficiadas com dinheiro para adquirirem as roupas solicitadas. A esmola do duque variava de acordo com as possibilidades que existiam para a confecção das peças. Quando não se verificava, distribuía dinheiro para serem compradas.

OS POBRES DA RAINHA SANTA ISABEL

No dia comemorativo da festa da rainha Santa Isabel, dois de Julho, o duque de Bragança mandava distribuir uma vez mais cereais aos pobres. Também estas esmolos foram interrompidas entre 1640 e 1643 e alteradas em 1644 e 1645, para se distribuir dinheiro e cereais. Em 1644, acrescentou-se que se «deram mais 150 alqueires de trigo às pessoas do rol do qual trigo sua magestade lhes fez esmola»²⁶, e no ano seguinte referiu-se que «a esmola deste ano foi de 132 alqueires de trigo»²⁷. Tratou-se, portanto, de uma esmola mista, composta por trigo e dinheiro. Refira-se também que a presença das mulheres foi maioritária nestas esmolos, exclusiva no ano de 1645 e principalmente constituída por religiosas neste último ano.

O realce que as mulheres ganharam nesta esmola ficou também a dever-se ao facto dela não se destinar, senão em casos muito particulares, aos familiares de antigos servidores do duque. Esta esmola desti-

24 O duque de Bragança conhecia os problemas da vila, o que lhe facilitava uma resolução marcada com um forte cunho pessoal.

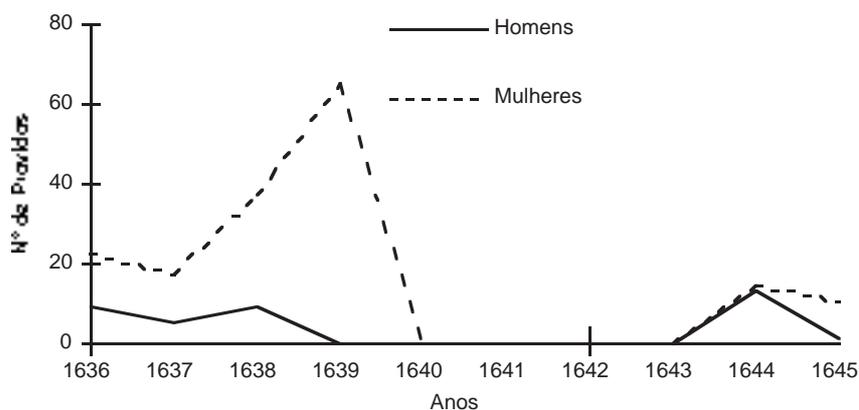
25 Cf. ACB, *Livro das esmolos que faz o Duque...*, fls. 38, 35v.

26 Cf. ACB, *Livro das esmolos que faz o Duque...*, fl. 137.

27 Cf. ACB, *Livro das esmolos que faz o Duque...*, fl. 140.

nava-se principalmente a agregados femininos, constituídos por mulheres solteiras e viúvas. Entre 1636 e 1638, Ana de Carvalho e a sua filha levaram quatro alqueires de trigo cada ano, enquanto Isabel da Costa e as suas sobrinhas foram providas também durante o mesmo período com dois alqueires anuais²⁸. Por sua vez, em 1637, Maria Bela e Leonor Dias, ambas viúvas, foram beneficiadas com dois alqueires de trigo; Helena Gonçalves e Francisca Gonçalves com a mesma esmola e a mãe, a cunhada e a sogra de Francisco Dias, igualmente com dois alqueires²⁹. Em 1638, Jerónima Lobo e a sua irmã, ambas da vila, levaram também dois alqueires de trigo³⁰.

Os exemplos citados verificaram-se todos antes de 1640 e demonstram a preocupação do duque em prover agregados familiares femininos pobres. Depois da interrupção da esmola, as mulheres continuam a estar presentes, mas a esmola destinava-se principalmente às religiosas, provando a sua prioridade em relação aos restantes necessitados.



FONTE: ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fls. 52-54.

GRÁFICO 4. Pobres da rainha Santa Isabel (1636-1645)

28 Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fl. 50.

29 Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fl. 52v.

30 Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fl. 53.

OS VESTIDOS DA RAINHA SANTA ISABEL

No dia da festa da rainha Santa Isabel, o duque de Bragança distribuía roupa aos pobres e a alguns dos seus criados, conjuntamente com uma esmola em dinheiro, destinada ao jantar. A esmola recebida para o jantar não era igual para todos os beneficiados. Variava de acordo com a estima que se tinha junto do duque. Também as peças de roupa eram diversificadas. Os servidores da Casa recebiam todos as mesmas peças, mas os pobres não. Para as religiosas não se confeccionavam peças de roupa nem se lhes oferecia calçado. Dava-se-lhes dinheiro para comprarem a roupa de que necessitavam, mostrando um tratamento diferencial para com estas beneficiadas. A esmola para roupa subia aos 3000 ou 4000 réis por religiosa, quantia considerável que testemunha o investimento feito pela Casa de Bragança nos conventos da vila.

QUADRO 1

Providos com roupa no dia da rainha Santa Isabel

ANOS	Homens	Mulheres
1638	11	3
1639	—	—
1640	—	—
1641	—	—
1642	—	—
1643	—	—
1644	19	2
1645	11	5
1646	7	20
Total	48	30

FONTE: ACB, *Livro das esmolos que faz o Duque...*, fls. 52-53.

Os beneficiados desta «esmola» foram maioritariamente homens, contrariamente ao que se verificou com as outras dádivas e justifica-se pelo facto da «esmola» se destinar preferencialmente aos criados da Casa. Era frequente os salários incluírem uma componente em roupa e alimentação. Por isso, muitos criados eram vestidos pelos seus patrões.

Para além de roupa, alguns beneficiados receberam também calçado, normalmente botas ou botins, de cores garridas, sendo o vermelho,

a cor mais frequentemente referida. Este calçado era quase sempre destinado às mulheres, porque aos homens ofereciam-se sapatos.

A roupa distribuída era toda nova, «tirada da agulha», como o escrivão não se cansava de referir. Nem sempre foi mencionado o tecido de que eram feitas as peças. Mas a preferência foi para o pano da terra, a baeta de Alter do Chão. Vila Viçosa era nesta altura ponto de encontro de muitos mercadores que traziam mercadorias variadas, respondendo à procura efectuada pelos nobres. Os tecidos finos, como as sedas, os damascos e outros não faltavam e eram importados do estrangeiro, vindos normalmente de Castela ou do Oriente. Destinavam-se aos poderosos e chegavam a Vila Viçosa pela mão dos mercadores que marcavam presença nas principais feiras da vila (Janeiro, Maio e Agosto)³¹. Os tecidos da terra eram para os pobres e para os remediados que não tinham acesso aos luxos dos ricos. A roupa oferecida era nova e sempre confeccionada de tecidos com preços mais acessíveis.

AS ESMOLAS PARA ENTERROS

Enterrar os mortos era uma obra de misericórdia praticada não apenas pelas instituições de caridade, mas também por pessoas particulares. Pese embora o facto, a dádiva de esmolas para enterrar mortos não era muito corrente. Contudo, o duque de Bragança, D. João II fazia-o, na sequência da prática de seu pai, o duque D. Teodósio II (Cadornega, 1982: 66). Esta como as restantes esmolas serviam à Casa de Bragança para reforçar o seu poder em termos locais, fortalecer as redes clientelares e aumentar o seu prestígio em termos simbólicos.

Para além das ajudas estudadas, o duque de Bragança ordenou entre 1636 e 1639 a entrega de esmolas a pessoas pobres da vila e a alguns criados seus, para o seu enterro ou de algum familiar. Era gente que o servia e que não dispunha do montante necessário para o funeral; pessoas que se encontravam na vila e no seu termo a trabalhar, normalmente vindos do Norte ou do Centro para realizar os grandes tra-

31 Para além das lojas existentes na vila que asseguravam o comércio regular, Vila Viçosa contou a partir de 1528 com três grandes feiras anuais, realizadas em Janeiro, Maio e Agosto. A partir de 1697, passou a ter um mercado semanal, realizado às quartas-feiras.

balhos agrícolas. Estavam completamente desenraizados e sem nenhum enquadramento familiar. A Misericórdia acudia a muitos destes homens, mas não podia abarcar todos os necessitados. Por outro lado, era função do senhor tratar dos criados, mesmo na hora da morte, não deixando que outros o fizessem sem sua ordem explícita, mesmo que fosse a Misericórdia. As esmolas do duque complementavam a actuação da Santa Casa, numa acção concertada de ajuda à pobreza da vila.

Em 1636, Jerónima de S. Miguel recebeu dois mil réis para enterrar o seu marido. No mesmo ano, Francisco Pires recebeu 1000 réis «que o duque mandou dar, para enterrar o seu filho Brás», enquanto a família de Francisco, de alcunha o camelo, foi beneficiada em 1638 com 2500 réis para o seu enterro³².

Esta prática vinha já de seu pai. D. Teodósio II mandava esmolas aos seus criados e a estranhos que se encontrassem doentes ou que morressem, para se lhes efectuar o enterro ou minorar a difícil situação em que se encontravam (Calado, 1668: 100).

As esmolas destinadas a enterros eram raras e, como já se referiu, destinavam-se a pessoas específicas. Não abrangiam os pobres propriamente ditos, porque esses eram enterrados «por amor de Deus» pela Misericórdia e alguns pelos conventos locais. Curiosamente, estas esmolas deixaram de se praticar a partir de 1639, altura em que todas as restantes dádivas foram interrompidas, embora tivessem sido retomadas posteriormente. O seu desaparecimento prende-se com a ausência física do duque. Enquanto as outras «esmolas» foram retomadas passados alguns anos, estas desapareceram provavelmente porque representavam um menor investimento da Casa de Bragança e estavam associadas ao conhecimento pessoal do duque. A partida deste para Lisboa quebrou a relação afectiva existente entre doador e receptores.

As «esmolas» do duque D. João II tinham um duplo significado: por um lado materializavam a ajuda aos pobres pela Casa de Bragança; enquanto por outro, simbolizavam o pagamento de salários aos seus criados. No primeiro lote de beneficiados encontravam-se ainda pobres envergonhados e religiosas da terra, significando também o apoio dado às casas religiosas pela Casa ducal.

32 Cf. ACB, *Livro das esmolas que faz o Duque...*, fl. 81.

Saliente-se que estas esmolos contemplavam preferencialmente a pobreza feminina, demonstrando a debilidade em que se encontravam as mulheres.

Estas «esmolas» têm ainda um carácter ritual ao serem associadas a festas religiosas anuais: Natal, Páscoa e Santa Isabel, festas igualmente comemoradas pela Misericórdia local e por alguns conventos. Este facto associava a Casa de Bragança às práticas de caridade comemoradas em momentos intensos de vivência religiosa e faziam dela um pilar importante de caridade em termos locais, que ombreava com a Misericórdia.

A oferta destas dádivas reforçava o prestígio da Casa em termos locais, ao apresentar um duque preocupado com a pobreza da sua terra e distribuidor de parte da sua riqueza pelos pobres. Simultaneamente, estas «esmolas», transformaram-se num instrumento de ligação ao rei a partir de 1640, ainda que se tenham verificado por um curto período de tempo.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, José Paulo (1997): *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: o reformador contestado*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia-Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.
- ARAÚJO Maria Marta Lobo de (1999): Festas e rituais de caridade nas Misericórdias. In COLÓQUIO INTERNACIONAL PIEDADE POPULAR. SOCIABILIDADES-REPRESENTAÇÕES, ESPIRITUALIDADES. Actas. Lisboa: Centro de História da Cultura/História das Ideias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 501-516.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000): *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa/Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000a): *Alcançar o céu através da dádiva de roupa: a distribuição de roupa através dos testamentos da Misericórdia de Vila Viçosa (séculos XVI-XVII)*. Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste. Série Sociologia. 13: 2, p. 229-250.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2003): *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.
- BARBOSA, I. Vilhena (1865): *As cidades e vilas de Portugal*, vol. 3, s. 1., s. n.

- BORGES, Nelson Correia (1984): «A mantilha e o seu uso em Coimbra», *Munda*. 7 Maio 60-71.
- CADORNEGA, António de Oliveira (1982) [1683]: *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CALADO, Frei Manuel (1668): *O valeroso lucideno, e triumpho da liberdade*. Lisboa: Officina de Domingos Carneiro.
- CARASA SOTO, Pedro (1991): *Historia de la beneficencia en Castilla Y Leon. Poder y pobreza en la sociedad castellana*, Valladolid. Universidad de Valladolid. p. 120-142.
- CHEIROSO, Francisco Rodrigues (1633): *Excelencias da irmandade da Caza da Santa Misericordia com a origem dos primeiros hospitais que ouve em o mundo offerecidas ao generoso senhor Dom Fernando de Mello*.
- CUNHA, Mafalda Soares da (1995): Práticas do poder senhorial à escala local e regional (fins do século XVI a 1640). In OLIVEIRA, Carlos, dir., *História dos Municípios e do poder local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 143-153.
- CUNHA, Mafalda, Soares da (1997): «Estratégias de distinção e poder social: a Casa de Bragança (1496-1640)». *Revista de História das Ideias*. 19.
- CUNHA, Mafalda Soares (2000): *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CRUZ, António (1940): *Portugal Restaurado*. Porto: Livraria Civilização.
- ESPANCA, José Joaquim da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa* (1984-85a): 7, 8 22. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1999): «Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVIII)», *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*. 1-2, p. 51-86.
- JUTTE, Robert (1994): *Poverty and deviance in Early Modern Europe*. Cambridge: University Press.
- LEMOS, Maria Luísa (1985): A literatura autonomista no século XVII através do código 29 da biblioteca Geral da Universidade. Coimbra: Coimbra Editora L.
- MELO, D. Francisco Manuel de (1944) [1652]: *D. Teodosio II*. Porto: Tip. A Portuense.
- MELO, D. Francisco Manuel de (1940): *Tácito Portuguez. Vida e morte, dittos e feytos d'elrey Dom João o quarto de Portugal*: Rio de Janeiro.
- MELO, D. Francisco Manuel de (1967): *Alterações de Évora: 1637*. Lisboa: Portugália.
- OLIVEIRA, António de (1991): *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino: 1580-1640*. Lisboa: Ed. Difel.
- OLIVEIRA, António de (2002): *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social; Faculdade de Letras.
- PESTANA, Manuel Inácio (1982): *Celeiros Comuns da Antiga Casa de Bragança*. Portalegre: ADP.

- PESTANA, Manuel Inácio (2000): *Vila Viçosa. História, Arte e Tradição*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa.
- ROSA, Maria de Lurdes (1998): D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça. In CURTO, Diogo Ramada, dir., *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2001): Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira de, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 2. p. 456-459.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2001a): *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SARDINHA, Francisco de Moraes (1618): *Antiquissimo Parnaso novamente achado e descoberto em Vila Viçosa de que he Apollo o Excellentissimo Principe D. Theodosio 2º deste nome... E assi dos varões illustres que nella nascerão e florescerão em armas em letras e poesias, com outras couzas a proposito do discurso deste livro*.
- SOUSA, D. António Caetano de (1739): *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI. Lisboa: Régia Officina Sylviana e da Academia Real.
- VIEIRA, Rui Rosado (1999): *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença*. Lisboa: Livros Horizonte.
- WOOLF, Stuart (1989): *Los pobres en la Europa Moderna*. Barcelona: Editorial Crítica.